

## DESENVOLVIMENTO DA CONCEPÇÃO DE RAÇA

Reconhecer-se como parte de um grupo social, manifestar atitudes distintas frente a pessoas e acontecimentos e desenvolver padrões de julgamento moral são aspectos fundamentais do desenvolvimento social da criança. Tais aspectos estão inseridos num processo mais amplo denominado de socialização, em que a criança torna-se parte de uma sociedade e assimila habilidades específicas de uma cultura (MACCOBY, 2008). Um dos elementos mais intrigantes do desenvolvimento infantil consiste no fato de que, por volta dos 3-4 anos de idade, as crianças já se mostram capazes de classificar as pessoas em função da raça e de manifestar tanto atitudes de favoritismo como de hostilidade frente a diferentes grupos raciais (ABOUD, 1988; DOYLE e ABOUD, 1995; FRANÇA, 2013).

Uma vez que o conceito de raça e atitudes preconceituosas se fazem presentes no desenvolvimento infantil, o presente capítulo abordará a seguinte questão: Como a criança desenvolve o conceito de raça? O estudo do desenvolvimento social da criança mostra-se relevante para responder a esse problema dado que investiga como a interação entre marcos cognitivos do desenvolvimento infantil e fatores sociais influencia no modo como a criança interpreta a realidade social. O estudo do desenvolvimento social, ademais, permite identificar as diferenças e similaridades existentes entre a conduta infantil e a da vida adulta.

Um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento social das crianças é sua capacidade de reconhecer categorias sociais. Desde suas primeiras experiências sociais, as crianças percebem que o mundo social pode ser dividido em categorias (BIGLER E LIBEN, 2007). Os estudos indicam que algumas categorias são estruturantes da percepção infantil, sendo reconhecidas ainda nos primeiros anos de vida, a exemplo do gênero (MARTIN E RUBLE, 2010) e da raça (ABOUD, 1988; KELLY et al., 2005). Por outro lado, categorias como a da nacionalidade, costumam influenciar os julgamentos e avaliações das crianças de modo significativo em etapas posteriores do desenvolvimento infantil, por volta dos 10 anos de idade (RUTLAND, 1999).

A importância do estudo dos processos de categorização social em crianças reside na centralidade que esse fenômeno possui para a expressão de comportamentos discriminatórios e de atitudes preconceituosas frente aos diferentes grupos que compõem a sociedade, como abordaremos a seguir.

## CATEGORIZAÇÃO SOCIAL

A categorização pode ser definida como o processo de compreender algo pelo conhecimento de sua semelhança e de sua distinção com outras coisas (MCGARTY, 1999). A categorização possui grande valor funcional, por meio dela, a complexidade de informações presentes da realidade torna-se passível de compreensão, podendo ser agrupada e organizada de modo inteligível, otimizando tempo e esforço (HOGG e REID, 2006).

A categorização social é tão central ao preconceito ao ponto de que, sem a mesma, o preconceito não existiria (ALLPORT, 1954/1979; TAJFEL, 1978). Uma vez que o preconceito envolve a hostilidade contra um grupo de pessoas ou contra aqueles que representam esse grupo (BROWN, 2000) para que sua manifestação ocorra é necessário que as pessoas sejam identificadas como pertencentes a determinadas categorias sociais. Alguém não pode expressar preconceito racial sem antes categorizar as pessoas em função da raça. Logo, a consciência acerca das categorias sociais é um elemento de interesse central para os pesquisadores que investigam o preconceito em crianças.

Em qual idade as crianças se mostram capazes de reconhecer categorias sociais e utilizá-las em seus julgamentos? Como veremos adiante, responder a essa questão implica em reconhecer que as crianças interpretam ativamente o mundo e não apenas reproduzem ideias dos adultos. Cabe ressaltar, que a investigação sobre o uso de categorias sociais em crianças sofreu influência de uma

série de estudos anteriores, os quais acumularam evidências de que as crianças reconhecem e utilizam categorias desde períodos iniciais da infância.

Uma das pesquisas pioneiras dessa área é o experimento conduzido por Clark e Clark (1947). Esse estudo envolvia a apresentação de duas ou mais bonecas, sendo uma de cor branca e de cabelos loiros e outra de cor negra e cabelos morenos, para crianças norte-americanas entre 3 e 5 anos de idade. As crianças eram solicitadas a responder uma série de questões concernentes ao conhecimento das categorias raciais (e.g., ‘qual dessas bonecas parece uma criança branca/negra?’). Os resultados desse estudo foram surpreendentes, à época, ao indicarem que mais de 75% das crianças com apenas 3 anos de idade conseguiram identificar o grupo racial representado pela boneca e, aos 5 anos, mais de 90% das crianças mostrava-se capaz de fazê-lo.

Além de revelar que mesmo crianças em idade pré-escolar mostram-se capazes de identificar categorias raciais, o estudo de Clark e Clark também apresentou um dado importante a respeito do preconceito racial: a maioria das crianças que participou do estudo revelou preferência pela boneca branca. Esse resultado colocou em evidência o debate sobre a manifestação do preconceito racial na infância e serviu de base para a implementação de escolas multiétnicas nos Estados Unidos (KOHLI, 2014).

Embora o estudo de Clark e Clark tenha revelado que as crianças são capazes de diferenciar em função da raça e de manifestar preferências com base nesse critério, ele apresentava algumas limitações metodológicas. Uma dessas limitações é o procedimento de escolha forçada entre os grupos branco e negro. Tal procedimento não permite identificar os diferentes critérios que as crianças utilizam para classificar os grupos sociais. Ademais, a pesquisa fez uso de medidas de autorrelato, as quais não permitem verificar a categorização em crianças que ainda não desenvolveram a fala. Não obstante tais limitações, pesquisas posteriores vieram a corroborar o fato de que a raça é uma categoria relevante para a interpretação e os julgamentos que as crianças fazem da realidade social.

É o caso do estudo conduzido por Davey (1983), o qual procurou investigar em que medida as categorias de raça, sexo e classe social mostram-se relevantes para as classificações realizadas por crianças britânicas na faixa etária dos 7 aos 10 anos de idade. Para tanto, solicitou-se que as crianças organizassem fotografias de pessoas que variavam em função do sexo, da raça (branco, negro, asiático) e do estilo de roupa, utilizado como forma de aferir o status socioeconômico. Cabe ressaltar que esse tipo de procedimento, por não envolver escolha forçada, permite identificar qual dessas categorias mostra maior relevância para as crianças. Os

resultados revelaram que a raça era espontaneamente adotada pelas crianças como principal critério para organizar as fotografias, seguida pelo sexo. A classe social, operacionalizada pelo estilo de vestimenta, foi raramente utilizada.

A primazia da raça sobre outras categorias na percepção das crianças também foi confirmada por estudos posteriores (KILLEN e RUTLAND, 2011). Há evidências de que as crianças são conscientes acerca das diferenças existentes entre os grupos sociais e que adotam a categoria racial como critério para julgar e tomar decisões em suas interações sociais (e.g. FRANÇA e MONTEIRO, 2013; KILLEN; KELLY; RICHADSON; CRYSTAL; RUCK, 2010). De modo geral, esses estudos demonstram que, ainda na primeira infância, as crianças estão em alerta quanto às divisões categóricas e as utilizam de modo recorrente, sistematizando e simplificando as informações do ambiente, de modo similar aos adultos. Cabe questionar, entretanto, o que faz com que a raça seja uma categoria socialmente relevante para as crianças?

As investigações convergem ao apontar que o desenvolvimento do conceito de raça nas crianças possui raízes de ordem sociocultural, identificando-se o papel dos pais, da escola e da mídia como alguns dos participantes nesse processo (ABOUD e DOYLE, 1996; FRANÇA, 2013; MCGLOTHIN e KILLEN, 2010). Aportar-se às origens socioculturais da categorização implica em reconhecer que a tomada de consciência das categorias raciais por parte das crianças é mais que um simples processo de discriminação perceptiva. Categorizar grupos raciais é um processo sociocognitivo, dado que envolve não só o processamento de informações, mas reflete a história política e as normas sociais que norteiam as relações entre os diferentes grupos (BAR-TAL, 1997; BENNETT et al., 2004).

Dentre os fatores sociocognitivos que contribuem para que as crianças categorizem em função da raça, destacamos a saliência da raça e o essencialismo. Embora esses fatores possam explicar a emergência do conceito e os processos de estereotipia e discriminação dele decorrentes (BIGLER e LIBEN, 2007; PAUKER; AMBADY; APFELBAUM, 2010), ressalta-se que o significado da raça imbuído nesses processos básicos depende de estímulos ambientais, tal como discutiremos a seguir.

## **SALIÊNCIA DA RAÇA E O PROCESSO DE CATEGORIZAÇÃO EM CRIANÇAS**

As investigações convergem ao apontar que a categorização, embora tenha sido verificada em crianças com idade pré-escolar, não consiste numa habilidade inata, mas sim num processo aprendido por meio da interação ativa da criança

em seu meio social (HIRSCHFELD, 2008). Conforme a Teoria do Desenvolvimento Intergruppal (BIGLER e LIBEN, 2007), a raça torna-se uma categoria psicologicamente saliente para as crianças quando sua importância é reforçada por elementos do meio social, a exemplo da rotulação explícita ou implícita dos grupos sociais em função da raça.

O processo de categorização dos diferentes grupos raciais por parte das crianças, por conseguinte, é influenciado pelas relações sociais estabelecidas em torno da criança desde seus primeiros anos de vida. Esse fenômeno pode ser constatado nos resultados do estudo conduzido por Kelly et al. (2005). Nessa investigação, adotou-se um procedimento de preferência de estímulo visual com crianças caucasianas que vivam num ambiente racialmente homogêneo, o qual oferecia pouca possibilidade de contato com membros de outros grupos raciais.

O estudo foi desenvolvido com crianças com idades que variavam entre poucos dias de vida a 3 meses de idade e teve por finalidade verificar se haveria variação no tempo em que as crianças permaneciam olhando para faces de um mesmo grupo étnico que para faces de um grupo distinto. Para tanto, a pesquisa utilizou imagens de rostos, igualmente atrativas, de caucasianos, asiáticos e africanos. Os bebês recém-nascidos olhavam para cada face durante o mesmo período de tempo. No entanto, à medida em que se aproximavam dos 3 meses de idade, as crianças passavam mais tempo olhando para faces caucasianas (endogrupo<sup>1</sup>) que para faces de outros grupos.

Os resultados desse estudo são relevantes por dois motivos: primeiro, ao adotar uma técnica que não exige a verbalização, é possível investigar o processo de categorização social em crianças com menos de 3 anos de idade. Segundo, dado que recém-nascidos não revelam preferência categórica, sendo essa habilidade observada de modo mais consistente a partir dos 3 meses de idade, é possível concluir que a categorização e a preferência endogrupal são processos aprendidos por meio da contínua interação com pessoas de um mesmo grupo racial.

A influência do contexto social sobre o desenvolvimento da categorização social em crianças tem sido confirmada por outras investigações. Em sociedades multiétnicas, nas quais o discurso social das diferenças entre os grupos raciais possui maior relevância, a consciência sobre os diferentes grupos raciais tende a emergir mais cedo, entre os 3-4 anos de idade, ao passo que em sociedades mais homogêneas, as crianças passam a identificar a cor da pele como

---

<sup>1</sup> Grupo da própria pessoa, p.e., para pessoas brancas, o grupo das pessoas que são brancas é o endogrupo.

aspecto importante após os 5 anos de idade (CRAMER e ANDERSON, 2003; GUERRERO; ENESCO; LAM, 2011). Essas investigações demonstram que o desenvolvimento do conceito de raça na criança é um processo complexo no qual interagem as aquisições de seu desenvolvimento cognitivo com a história sociopolítica do país em que a criança está inserida.

## CATEGORIZAÇÃO E ESSENCIALISMO EM CRIANÇAS

Ao desenvolver a habilidade de reconhecer e classificar as pessoas em diferentes grupos raciais, a criança não só organiza as informações provenientes de seu meio social; tal como jovens cientistas, as crianças criam teorias ingênuas que auxiliam na interpretação o mundo social. Uma dessas teorias é o pensamento essencialista. O essencialismo psicológico consiste numa hipótese acerca da estrutura e natureza dos conceitos sociais, segundo a qual, os diferentes tipos de entidades no mundo (e.g., gêneros, nacionalidades, raças) são distintos devido a essências não visíveis (GELMAN, 2003). Em outras palavras, o processo de categorização é acompanhado por crenças que implicam na percepção de que as diferenças entre as categorias, incluindo a raça, são profundas e imutáveis, o que favorece a manifestação de hostilidade contra diferentes grupos (HASLAM e WHELAN, 2008).

Embora muitos estudos tenham se voltado para o reconhecimento de categorias raciais por parte das crianças, há uma linha de investigação que busca compreender não só a capacidade da criança em observar as diferenças existentes entre as categorias, mas também nas explicações que as mesmas constroem para compreender as diferenças existentes entre as categorias. Um dos trabalhos seminais nessa área é a pesquisa de Hirschfeld (1995), a qual demonstrou que, por volta dos 4 anos de idade, as crianças possuem uma teoria racial de base biológica, isto é, elas compreendem que o aspecto racial é adquirido ao nascimento e não pode ser modificado.

Ao contrário da categorização, a qual já pode ser verificada desde os primeiros meses de vida (KELLY et al., 2005), o pensamento essencialista na criança demanda aquisições posteriores de seu desenvolvimento sociocognitivo. Uma dessas aquisições é a constância racial, a qual se caracteriza pela compreensão de que a raça é imutável. O desenvolvimento da constância racial ocorre entre os 3-4 anos de idade e consolida-se por volta dos 7 anos (RUBLE et al., 2004; RUTALND; CAMERON; BENNETT; FERRELL, 2005). A constância racial é composta, basicamente, de três habilidades: a identificação das categorias raciais, a compreensão de que as categorias raciais são estáveis ao longo do tempo

e, por fim, a compreensão de que a pertença a uma categoria racial é consistente, mesmo que ocorram transformações superficiais (e.g., mudança da cor de cabelo) (RUBLE et al., 2004).

As crenças essencialistas podem ser observadas já na primeira infância por volta dos 4 anos de idade, mas com variações individuais e culturais. Em culturas nas quais a raça é uma categoria saliente como a norte-americana, essas crenças estão presentes entre os 4 e os 9 anos de idade. Alguns estudos mostram a associação entre crenças essencialistas sobre raça e o aumento do preconceito implícito e explícito em relação a negros, como o estudo de Mandalaywala e Rhodes (2016) com crianças norte-americanas brancas de 5 e 6 anos. Nesse estudo, as crenças essencialistas das crianças não variaram em função do desenvolvimento.

A importância de investigar o essencialismo decorre do fato desse fenômeno estar intimamente associado à formação dos estereótipos sobre os grupos sociais (BASTIAN e HASLAM, 2006). Os estereótipos podem ser definidos como crenças socialmente partilhadas sobre uma determinada categoria social. Por serem crenças, ignoram a variabilidade dos membros que compõem um grupo, consistindo em características descritivas, atribuídas às pessoas devido a sua pertença categorial (OAKES; HASLAM; TURNER, 1994).

A crença de que as categorias raciais possuem uma essência subjacente a elas favorece o processo de estereotipia, especialmente na associação dos grupos minoritários com estereótipos negativos, o que, por conseguinte auxilia a manter a desigualdade social (YZERBYT; CORNEILLE; ESTRADA, 2001). A imutabilidade, componente central do pensamento essencialista, é um fator importante na emergência dos estereótipos nas crianças. Num estudo com participantes entre 11 e 13 anos, Levy e Dweck (1999) demonstraram que as crianças que possuíam maior adesão à crença de que as características pessoais são fixas e imutáveis apresentavam julgamentos mais estereotipados dos grupos sociais, maximizando as diferenças intergrupais e minimizando as diferenças intragrupoais.

A emergência do pensamento essencialista e da estereotipia no desenvolvimento infantil também apresentam variações contextuais. Em ambientes racialmente diversos, nos quais a criança tem a possibilidade de contato com diferentes grupos raciais, o pensamento essencialista e a estereotipia dos grupos raciais tendem a decrescer após os 7 anos de idade. Ao passo que ambientes mais homogêneos encorajam as crianças a perceberem as categorias raciais como mais distintas e rígidas, por conseguinte, o pensamento essencialista e a estereotipia dos grupos raciais tende a avançar com a idade (PAUKER; XU; WILLIAMS; BIDDLE, 2016).



Verifica-se, portanto, que a composição racial da sociedade em que a criança está inserida influencia no desenvolvimento da concepção das categorias raciais e na formação de estereótipos sobre as mesmas. Todavia, os estudos apresentam resultados divergentes. Por um lado, as investigações sobre categorização apontam que nas sociedades onde predomina a diversidade racial, a raça consiste numa categoria social relevante para a formação de impressões e julgamentos das pessoas. Tal relevância resultaria num reconhecimento precoce das categorias raciais por parte das crianças e na expressão de atitudes negativas contra grupos minoritários (ABOUD, 1988; CRAMER e ANDERSON, 2003; GUERRERO; UNESCO; LAM, 2011), a qual tende a crescer com o decorrer da idade, na medida em que as crianças adquirem conhecimento sobre os estereótipos associados aos grupos sociais (KILLEN; MCGLOTHLIN; HENNING, 2005).

Outro resultado da pesquisa sobre essencialismo sustenta que ambientes onde predomina a diversidade racial, o contato com diferentes grupos permitiria que as crianças relativizassem as diferenças existentes entre as categorias raciais, o que resultaria no desenvolvimento de avaliações menos estereotipadas e essencializadas com o decorrer da idade (PAUKER et al., 2010; PAUKER, et al., 2016). Como seria possível explicar tal divergência acerca da influência da composição racial da sociedade sobre os processos de categorização e estereotipia observados no desenvolvimento infantil?

É provável que o contato com diferentes grupos raciais não seja o fator suficiente para explicar os processos de categorização e a estereotipia em crianças. A investigação sobre esses fenômenos deve considerar não só aspecto da homogeneidade vs. diversidade racial, mas também o status relativo que os grupos ocupam na sociedade. No estudo de França (2011), por exemplo, foram analisados os estereótipos que crianças com idades entre 5 e 13 anos possuíam acerca do grupo dominante (branco) e dos grupos minoritários (negro, pardo e indígena). Ressalta-se que a pesquisa foi conduzida no contexto brasileiro, o qual combina a diversidade e miscigenação racial com diferenças de status profundas entre brancos e não brancos (FERNANDES 1972/2007; LIMA, 2011).

Os resultados apontaram que os brancos são avaliados de forma positiva, ao passo que negros, pardos e índios receberam estereótipos negativos por parte das crianças. A pesquisa, todavia, revelou um aspecto importante ao indicar que crianças pertencentes ao grupo minoritário, inseridas num programa de política de ações afirmativas, desenvolviam avaliações positivas acerca de seu próprio grupo. De tal maneira, a formação e consolidação de estereótipos em crianças



são influenciadas por aspectos políticos mais amplos, a exemplo da inserção em programas de ação afirmativa.

## SUMÁRIO

Verificamos que o estudo sobre o desenvolvimento social da criança reúne um corpo substancial de investigações que explicam o desenvolvimento da concepção de raça nas crianças. Dentre os fatores que influenciam a formação do conceito de raça e a conseguinte expressão de preconceito e discriminação, destacamos o processo de categorização, sem o qual não seria possível reconhecer os diferentes grupos raciais e, tampouco, emitir preconceitos e estereótipos frente aos mesmos.

Os estudos sobre o desenvolvimento social convergem quanto à ideia de que o processo de categorização em crianças envolve aquisições de novas estruturas cognitivas, a exemplo da constância racial e que sofre influência do ambiente em que a criança é socializada. A depender da configuração de seu meio social, as crianças podem ser mais ou menos expostas ao convívio com diferentes grupos raciais. Ademais, a configuração social também irá influenciar a importância que a raça possui como critério de hierarquização e diferenciação social (BIGLER e LIBEN, 2007; FRANÇA, 2013; MCGLOTHIN e KILLEN, 2010). O conjunto dessas investigações, portanto, evidencia que o preconceito e a discriminação racial na infância são resultados da participação ativa da criança sobre o seu meio social, no qual ela compara e constrói esquemas avaliativos sobre os grupos sociais. Ao mesmo tempo, o preconceito e a discriminação manifestados pelas crianças refletem a estrutura de desigualdade estabelecida entre os grupos sociais a partir da categoria de raça.

Diante do exposto, questionamos como as teorias explicam a relação entre a discriminação e o preconceito observados nas crianças e aqueles que verificamos nos adultos? De modo geral, as teorias explicam as similaridades e diferenças entre atitudes e condutas intergrupais de crianças e adultos, considerando os seguintes fatores do desenvolvimento: o desenvolvimento sociocognitivo, a formação da identidade social e a influência das normas sociais. Tal como abordaremos a seguir, cada um desses fatores tem recebido maior ou menor ênfase pelas abordagens teóricas até então desenvolvidas.